



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 1.841, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025**

**ALTERA A LEI Nº 590/2003 QUE DISPÕE SOBRE A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO (COMDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PRESIDENTE KENNEDY**, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º.** A Lei nº 590, de 25 de junho de 2003, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), alterada pela Lei nº 1.166, de 3 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 6º.** .....

**Parágrafo único.** Os requisitos para provimento, habilitações específicas e atribuições do Coordenador do COMDEC são aquelas constantes no Anexo Único desta Lei.

.....

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Presidente Kennedy/ES, 17 de novembro de 2025.

  
**Fábio Feliciano de Oliveira**  
**Prefeito Municipal Interino**



LEI Nº 1.841/2025

**PROTOCOLO CÂMARA P.K.**

**Nº 006017/2025**

**18/11/2025 - 10:27:25**

**Prefeitura de P. Kennedy/ES**

**CERTIDÃO**  
Certifico que a Lei Nº 1.841/25  
17 Novembro 2025  
Foi publicada na forma do Art.69 da Lei Orgânica  
Municipal com redação dada pela emenda nº 014,  
De 09/05/2019.  
Data: 18/11/25  
Servidor(a):   
Câmara Municipal de Presidente Kennedy-ES





**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 590/2003**

<b>1. Cargo:</b>	<b>COORDENADOR DO COMDEC</b>
<b>2. Localização:</b>	Secretaria Municipal de Segurança Pública
<b>3. Carga horária:</b>	40/200 (semanal/mensal).
<b>4. Requisitos para provimento:</b>	<b>Instrução:</b> Ensino superior completo (preferencialmente nos cursos de Engenharia, Arquitetura, Psicologia ou Assistência Social).
<b>5. Habilitações específicas:</b>	Conhecimento de informática; Outros de conhecimento de formação geral.
<b>6. Atribuições típicas:</b>	Implementação e coordenação de ações de gerenciamento de eventos adversos e de redução de riscos. O profissional deve promover a mobilização social e institucional dos órgãos municipais, garantindo a sua participação ativa nas atividades de prevenção, mitigação, resposta e recuperação.

- Executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) em âmbito local;
- Coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento territorial e municipal;
- Mapear e classificar áreas de risco e suscetibilidade, incluindo riscos estruturais, geológicos e hidrológicos;
- Promover a fiscalização e o monitoramento das áreas de risco de desastre e impedir novas ocupações nesses locais;
- Informar situação de emergência e estado de calamidade pública, promovendo os meios necessários para formalizar;
- Vistoriar edificações e avaliar o risco estrutural, sugerindo intervenções estruturais e não estruturais;
- Vistoriar e avaliar o risco geológico de áreas com possibilidade de movimentação de massa, erosão e barragens de terra, sugerindo intervenções estruturais e não estruturais;
- Vistoriar e avaliar o risco hidrológico de áreas com possibilidade de eventos adversos relacionados à água, como inundações, enxurradas, alagamentos, estiagens e secas, sugerindo intervenções estruturais e não estruturais;
- Promover, quando necessário, a intervenção preventiva e a evacuação da população de áreas de alto risco ou de edificações vulneráveis;
- Organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- Prover solução de moradia temporária para as famílias atingidas por desastres;
- Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, além dos protocolos de prevenção e alerta e das ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- Realizar o monitoramento climático no âmbito municipal;
- Mobilizar e capacitar os servidores municipais, a comunidade e os radioamadores para atuação em eventos climáticos;
- Realizar regularmente exercícios simulados, conforme o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- Promover a logística de coleta, distribuição e controle de suprimentos em situações de desastre;
- Proceder à avaliação de danos e prejuízos nas áreas atingidas por desastres;
- Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- Auxiliar na elaboração e promoção de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável e adaptação as mudanças climáticas;
- Contribuir para o planejamento do uso e ocupação do solo, garantindo que novas construções sigam normas de segurança e que as cidades se desenvolvam de forma mais resiliente;
- Executar, acompanhar e auxiliar os demais órgãos municipais nas ações estruturais e não estruturais;
- Estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;
- Desempenhar outras atribuições afins.